Estudar a violência

Tal como a luz ou a força, a violência é uma noção ao mesmo tempo evidente e difícil de esclarecer. O uso científico a expressão não é inequívoco.

A luz é um tipo de radiações, e há outros tipos de radiação, como o magnetismo ou a rádio. Há luzes de muitas cores; há luzes invisíveis. A luz torna-se sensível ao reflectir em objectos, mas os objectos não são luz.

A violência é um tipo de redução ao corpo, e há outros tipos de redução ao corpo, como o sono. Há muitos tipos de violência, conforme a intensidade, se é apenas física ou apenas psicológica ou uma mistura; há violência sofrida, mas desconhecida da sociedade, como o abuso sexual foi durante muito tempo. A violência torna-se sensível quando é denunciada por alguém, mas a própria denuncia é violenta, mas eventualmente descontada moralmente em função de uma moral positiva que se entenda útil.

A força é causa de muitas acções, mas há muitos tipos de causas para a existência de tais forças: as energias cinética e potencial dependem da velocidade e da posição relativa entre corpos e nada as compara com as energias subatómicas, embora todas partilhem a gravidade.

A violência é uma causa de muitas acções, mas há muitos outros tipos de causas para a existência das violências: a violência depende do estado de guerra ou paz, das saídas para manter a integridade das identidades, da liberdade de procura de cuidados por parte das pessoas envolvidas. A segurança urbana e moderna não impede nem as guerras nem as violências domésticas nem as violências sociais, como a miséria.

Há sempre algum conhecimento à mistura com ignorância a orientar os estudos científicos. Aquilo que, como a luz e a força, são presenças essenciais para a organização de experiências, a maior parte das vezes são confundidas como condições ambientais e não são questionadas; não são estudadas directamente. Quando se quer estudar a luz ou a força, directamente, tudo o resto que depende da luz e da força, praticamente tudo quanto existe, fica em suspenso das conclusões que se possam vir a tirar do que sejam, de facto, a luz e a força. Qualquer alteração do conhecimento sobre a natureza da luz e da força mexe com todo o conhecimento.

Algo semelhante se passa com a violência: fenómeno que está misturado com praticamente toda a experiência material, de forma mais intensa com a vida, a clarificação do que seja a violência bule com todas as nossas percepções e compreensões do que é o mundo e a vida.

A violência é quase sempre uma referência moral, e não científica. Trata-se de sinalizar algo que não deveria ter-se passado, algo dispensável, evitável. Que apenas ocorreu por acção voluntária de agentes culpados, isto é, intencionalmente violentos. Violência é quase sempre um travesti semântico: um adjectivo disfarçado de substantivo.

Fala-se, por exemplo, de “agressões violentas” para distinguir, implicitamente das agressões não violentas, expressão que não se usa. Fala-se de manifestações não-violentas para as distinguir das manifestações violentas, tantas vezes o principal critério de avaliação jornalística das manifestações: o que implica uma secundarização ou mesmo ocultação das razões e causas dos conflitos no quadro dos quais as manifestações são organizadas e as pessoas se mobilizam voluntariamente para nelas participar. A suspeita de as manifestações, qualquer manifestação, poder ser violenta, sem aviso, é um fenómeno dissuasor para manifestantes, sobretudo os mais fragilizados.

Para formas de violência legítima, a violência do estado ou de agentes do estado, usam-se expressões de onde se exclui criteriosamente a palavra violência, como “as forças da ordem foram obrigadas a dispersar as pessoas” ou, quando se trata de penas criminais, “fez-se justiça”.

Frases como “violência policial” remete para alguns polícias em particular a acção violenta. A expressão é usada como uma acusação de abuso de autoridade, uso particular da faculdade do uso da violência legítima por parte de agentes não autorizados para tal, embora no exercício das suas actividades profissionais regulares. Quando o clamor público o exige ou a direcção da polícia o entende, há inquéritos internos e/ou criminais contra os agentes abusadores, em que o estado está sempre de fora, mesmo quando paga os advogados e as custas judiciais. Jamais o estado é culpado por violências, excepto quando o regime político muda e passa a haver condições de perseguição criminal aos mais altos representantes do estado, no sentido do regime anterior, entretanto já derrotado, sem nenhuma implicação para o estado actual, geralmente 90% o mesmo que foi julgado na figura de um seu alto representante caído em desgraça.

O uso comum da expressão violento, adjectivo substantivado, refere-se ao julgamento prévio da qualidade moralmente negativa da acção que se quer denunciar, distinguindo isso da violência boa, necessária, que não deve ser qualificada como violenta, pois se isso fosse feito seria verbalmente, magicamente, associado ao estigma moral negativo e condenatório.

Para observar a violência, como substantivo, analiticamente isolada dos restos da experiência prática em que vem envolvida, nas suas diferentes modalidades, é necessário um exercício intelectual de distanciamento moral e conceptualização teórica: violência como modalidade de redução ao corpo a conhecer melhor.

20.02.2019